

Práticas de economia solidária em iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa. Os casos do Vale de Chelas, da Alta de Lisboa e da Horta do Baldio

Carlos Paizinho¹, Maria de Fátima Ferreiro²

¹carlospaizinho@gmail.com

²ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal, fatima.ferreiro@iscte.pt

Resumo

A agricultura urbana tem um importante papel na mitigação de problemas sociais, económicos e ambientais, ao promover a coesão social, as relações de reciprocidade, a produção local, práticas agrícolas sustentáveis e o uso de solos abandonados. A agricultura urbana é, assim, suscetível de ser analisada à luz da economia solidária, enquanto abordagem substantiva da economia, baseada na reciprocidade, domesticidade, redistribuição, participação democrática e em relações de solidariedade, sendo especialmente relevante a perspetiva da Macaronésia, pela diversidade de projetos propostos: social; económico; cultural; ambiental; territorial; de conhecimento interativo; de gestão inovadora; político.

O artigo tem como principal objetivo a identificação das práticas de economia solidária (perspetiva da Macaronésia) presentes em três hortas urbanas do concelho de Lisboa: o Parque Hortícola do Vale de Chelas (iniciativa formal da Câmara Municipal de Lisboa), o Parque Agrícola da Alta de Lisboa (iniciativa formal, associativa, da Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa) e a Horta do Baldio (iniciativa informal).

Foi adotada uma abordagem metodológica de natureza quantitativa e qualitativa envolvendo inquéritos a utentes das iniciativas (n=42), entrevistas semi-diretivas a atores com responsabilidades nas iniciativas (n=3) e a observação participante.

Com base nas 35 práticas avaliadas, representativas de oito projetos da economia solidária da Macaronésia, identificámos 31 práticas, sendo sete muito relevantes e quatro relevantes. Destacam-se a produção em modo biológico, os contributos para a coesão social e para a saúde, a partilha de conhecimentos entre os utentes, a promoção de relações de reciprocidade e a tomada democrática de decisões. As restantes 20 práticas foram consideradas pouco relevantes.

Tais resultados revelam, como mais explícitos, os projetos económico, social e ambiental e remetem para a riqueza e diversidade das iniciativas bem como para alguns dos desafios que se colocam à agricultura urbana.

Palavras-chave: hortas urbanas de Lisboa, economia solidária da Macaronésia.

Abstract

Solidarity economy practices in urban agriculture initiatives of the Lisbon municipality. The cases of Vale de Chelas, Alta de Lisboa e Horta do Baldio.

Urban agriculture has an important role in the mitigation of social, economic and environmental issues, promoting social cohesion, relations of reciprocity, local production, sustainable agricultural practices and the use of abandoned land. Whereas such contributions, urban agriculture is likely to be examined under the light of solidarity economy, as a substantive approach to the economy, based on reciprocity, domesticity, redistribution, democratic participation and solidarity relations, being particularly relevant

the perspective of Macaronesia, due to the diversity of the proposed projects: social; economic; cultural; environmental; territorial cohesion; interactive knowledge; innovative management; political. In this context, the main objective is the identification of practices of solidarity economy (perspective of Macaronesia) that are present in three urban gardens in the Lisbon municipality: the Parque Hortícola do Vale de Chelas (formal initiative of the Lisbon City Council), the Parque Agrícola da Alta de Lisboa (formal initiative, Association from Associação para a Valorização da Alta de Lisboa) and the Horta do Baldio (informal initiative). It was adopted a quantitative and qualitative methodological approach involving surveys to the users of the initiatives (n = 42), interviews with the key actors of the initiatives (n = 3) and participant observation.

Of the 35 evaluated practices, representing the eight projects of Solidarity Economy of Macaronesia, we identified 31 of these practices in the initiatives studied, being 7 very relevant and 4 relevant. The organic production, the contribution to social cohesion and health, the knowledge sharing, the promotion of reciprocal relations and democratic decisions. The 20 remaining practices were considered little relevant.

These results reveal, as more explicit, the Economic, Social and Environmental projects and refer to the richness and diversity of the initiatives as well as to some of the challenges for urban agriculture.

Keywords: Urban allotments gardens of Lisbon, solidarity economy.

Introdução

Com mais de metade da população mundial a residir em áreas urbanas, as cidades e as suas periferias têm assistido a um forte crescimento dos aglomerados populacionais, os quais competem com outras atividades, nomeadamente a agrícola, na ocupação do solo disponível. Para além de perderem parte da sua soberania alimentar, as cidades confrontam-se ainda com problemas sociais como o envelhecimento, a pobreza, o desemprego e a exclusão social.

Pela sua multifuncionalidade, uma das atividades que pode contribuir para mitigar parte destes problemas é a agricultura urbana (AU), localizada “dentro (intraurbano) ou na orla (periurbano) de uma vila, cidade ou metrópole” (Mougeot, 2000), e que vem adquirindo um crescente reconhecimento e relevância, começando a ultrapassar uma imagem ‘envergonhada’ resultante da sua informalidade, e até marginalidade, que tradicionalmente a tem caracterizado.

Por outro lado, a economia solidária detém um conjunto de princípios e práticas que aplicados às iniciativas de agricultura urbana podem contribuir significativamente para a sua afirmação, na medida em que propõe uma nova abordagem, baseada em princípios da economia substantiva, como a reciprocidade, a domesticidade e a redistribuição, em relações de solidariedade e em práticas de participação e gestão democráticas. França Filho (2007) utiliza a expressão “economia popular e solidária”, caracterizando-a como “um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuado coletivamente”.

A avaliar pelo concelho de Lisboa, as hortas urbanas são predominantemente de iniciativa municipal. Se por um lado é importante a dinamização destas iniciativas por parte do município, por outro não são estimuladas iniciativas de cariz associativo, capazes de as transformar em espaços multifuncionais, de solidariedade, de reciprocidade e de democracia participativa. Muitas destas práticas estão presentes nessas iniciativas, mas não as conhecemos totalmente nem qual a sua relevância.

Decorrente desta problemática, realizámos um trabalho de investigação que envolveu três iniciativas de agricultura urbana no concelho de Lisboa, com o objetivo de

identificar as práticas de economia solidária (perspetiva da Macaronésia) que estão presentes em iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa.

Material e métodos

Dado que optámos por estudar o fenómeno no seu contexto real, a estratégia de investigação baseou-se em três estudos de caso, com recurso a métodos predominantemente quantitativos.

Para a seleção dos estudos de caso considerámos três critérios principais que garantissem uma adequada representatividade das iniciativas de agricultura urbana em Lisboa, tais como: a) a natureza da iniciativa; b) o tipo da iniciativa; c) a localização da iniciativa. A aplicação do critério “natureza da iniciativa” visou garantir a seleção de iniciativas de natureza formal, de gestão municipal ou associativa, e informal, como as hortas caracterizadas por um certo grau de espontaneidade, mantidas por cidadãos normalmente em terrenos expectantes. O critério ‘tipo da iniciativa’ considerou as hortas em que os espaços de cultivo são constituídos por talhões individuais e as hortas em que a mesma área de cultivo é partilhada por diferentes horticultores. A aplicação do critério ‘localização da iniciativa’ visou garantir uma distribuição das hortas em função de uma localização mais periférica ou mais central e em diferentes freguesias do concelho de Lisboa.

Com base naqueles critérios, foram selecionados: a) o Parque Hortícola do Vale de Chelas (PHVC), uma iniciativa formal, municipal, situada na freguesia de Marvila, na parte oriental da cidade, com talhões atribuídos individualmente a cada horticultor; b) o Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL), uma iniciativa formal, associativa, gerido pela Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa, situada na freguesia de Santa Clara, na zona norte da cidade, com talhões atribuídos individualmente a cada horticultor; c) a Horta do Baldio (HB), uma iniciativa informal partilhada e mantida por um grupo de cidadãos, situada na freguesia do Areeiro, numa zona mais central da cidade.

Para avaliar alguns valores e crenças dos horticultores sobre a agricultura urbana, foram apresentadas 8 afirmações, relativamente às quais foi solicitada a sua opinião. Essas afirmações consideram algumas dimensões dos projetos social, territorial, de conhecimento e político da economia solidária da Macaronésia.

Quanto aos critérios para a avaliação dos estudos de caso considerámos princípios gerais da economia solidária, como a democracia, a solidariedade e a reciprocidade, bem como um conjunto de dimensões presentes nos projetos da economia solidária da Macaronésia: social; económica; cultural; ambiental; territorial; conhecimento interativo; gestão inovadora e política (Amaro, 2009). Para cada um dos projetos foram definidas diferentes dimensões de análise e um conjunto de indicadores, a partir dos quais foram elaborados os guiões do inquérito e da entrevista. Para uma maior facilidade de análise apenas considerámos as práticas que obtiveram uma resposta positiva (‘sim’) ou concordante (‘concordo totalmente’ + ‘concordo’), de pelo menos 25% dos horticultores que participaram no questionário, em cada iniciativa, e de acordo com os seguintes critérios: a) 75% a 100% - prática muito relevante; b) 50% a 74% - prática relevante; c) 25% a 49% - prática pouco relevante; d) <25% - prática irrelevante.

As técnicas de recolha de informação utilizadas foram: a) o inquérito por questionário, dirigido aos horticultores de cada uma das iniciativas; b) a entrevista semi-diretiva, dirigida a atores institucionais, responsáveis por cada uma das iniciativas; c) a observação participante.

A amostra (n) à qual foi aplicado o inquérito por questionário foi selecionada através do método de amostragem casual, ou método probabilístico, tendo as pessoas (casos) que constituem a amostra sido escolhidas ao acaso. Por cada iniciativa em estudo o

valor de n foi de 13 no PHVC, 14 no PAAL e 15 na HB. No conjunto das iniciativas obtivemos n=42.

O guião do questionário engloba um conjunto de questões agrupadas em quatro secções: a) “Caracterização socioeconómica” dos utentes, constituída por 11 questões, maioritariamente fechadas; b) “Questões relacionadas com a atividade de agricultor urbano”, constituída por 5 questões, maioritariamente fechadas; c) “Questões relacionadas com os princípios e as práticas seguidas nas hortas onde pratica agricultura urbana”, constituídas por 26 afirmações relativamente às quais os utentes optam entre ‘sim’, ‘não’, ‘desconheço’ e 9 afirmações relativamente às quais é solicitado o grau de concordância dos utentes, numa escala de Likert com 5 níveis de resposta (de ‘discordo totalmente’ a ‘concordo totalmente’); d) “Questões relacionadas com as suas crenças e valores relativamente à agricultura urbana”, constituídas por 8 afirmações relativamente às quais é solicitado o grau de concordância dos utentes, numa escala de Likert com 5 níveis de resposta (de ‘discordo totalmente’ a ‘concordo totalmente’) e uma questão aberta através da qual foi dada ao utente a possibilidade de acrescentar informação adicional.

No tratamento da informação utilizámos técnicas simples, de estatística descritiva, dado que não pretendíamos fazer generalizações a partir dos dados obtidos. O tratamento estatístico e gráfico da informação foi feito com recurso a folha de cálculo.

Resultados e discussão

O PHVC que integra o Parque Urbano de Chelas, na freguesia de Marvila, entrou em funcionamento em 2013 nos terrenos expectantes que eram cultivados de forma ilegal no Vale de Chelas. Ocupa uma área de 32550 m² (0,5% da área da freguesia), dividida pelos hortelãos em 217 talhões (0,6% da população da freguesia). Os critérios para atribuição dos talhões são a ordem de inscrição e a proximidade da área de residência relativamente ao Parque Hortícola. O custo anual é de 1,60€ por m², sujeito a um desconto de 80%, não podendo o valor a pagar ser inferior a 58,60€ ao qual acrescem 20€ para participação no pagamento de despesas relacionados com o funcionamento e manutenção das partes comuns. Os hortelãos têm direito à utilização de abrigos partilhados, para arrumo de materiais, ao acesso a água para rega, formação e acompanhamento técnico. O regulamento impõe o modo de produção biológico.

O PAAL, inaugurado em 2015, localiza-se na freguesia de Santa Clara e é o primeiro parque agrícola de base comunitária, num processo da iniciativa da Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (AVAAL), uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), constituída por cerca de 400 associados. A 1.ª fase do PAAL tem cerca de 20000 m² (cerca de 0,5% da área da freguesia) e 103 hortelões instalados (cerca de 0,5% da população da freguesia). Os critérios para a atribuição de talhões incluem a obrigatoriedade de o horticultor ser associado da AVAAL, a proximidade da área de residência relativamente ao Parque Hortícola e a ordem de inscrição. O custo anual é de 1€ por m², valor que inclui a utilização de abrigos partilhados para arrumo de materiais relacionados com o cultivo e o acesso a água para rega.

A HB, situada na freguesia do Areeiro, surgiu na sequência do projeto artístico “Uma horta em cada esquina”, iniciado em 2013 e destinado a celebrar os 20 anos da Culturgest. A horta foi iniciada pelos hortelãos da Horta da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) e ocupa cerca de 1000 m² de um terreno expectante com uma área aproximada de 6000 m², pertencente a uma entidade privada com a qual foi estabelecido um contrato de comodato. Trata-se de uma horta informal, aberta à comunidade e assente nos princípios da permacultura, na qual participam cerca de 20 pessoas, as quais têm acesso livre ao espaço para plantar ou colher produtos hortícolas e frutos, sem obrigatoriedade de qualquer pagamento.

A caracterização dos horticultores das iniciativas em estudo foi feita com base na análise das respostas aos questionários, nos campos relativos à caracterização socioeconómica e à atividade de horticultor, incluindo as suas motivações para a prática da horticultura. A síntese dos resultados consta do quadro 1 e da sua análise verifica-se bastante homogeneidade dos valores obtidos para o PHVC e o PAAL. Os resultados obtidos para a HB são significativamente diferentes dos verificados nos outros dois parques. Apenas a variável “experiência/conhecimentos em horticultura” obtém resultados semelhantes nas 3 iniciativas.

A partir da análise das respostas para valores e crenças sobre AU (quadro 2) verifica-se uma concordância (‘concordo’ e ‘concordo totalmente’), quase geral, com as afirmações apresentadas, excetuando-se uma forte discordância dos horticultores do PHVC (100%) e do PAAL (80%) quanto à maior vantagem, social, económica e ambiental, dos espaços comuns, partilhados, relativamente aos talhões individuais, enquanto 77% dos horticultores da HB referem serem mais vantajosos os espaços comuns, partilhados, o que corresponde ao modelo de horta que cultivam. Relativamente a uma visão mais multifuncional da agricultura urbana, que não valorize apenas a produção de alimentos, os horticultores do PHVC estão mais divididos com apenas 43% a manifestarem concordância e 36% neutralidade. A tomada de decisões em conjunto, segundo o princípio da gestão democrática, merece a discordância de 64% dos horticultores do PHVC. No campo oposto estão os do PAAL, com 100%, apesar de, como veremos, não estarem totalmente satisfeitos com o modelo associativo da sua iniciativa. Quanto à HB, 76% revela apetência por um modelo de gestão democrática. Este valor não terá sido mais expressivo pelo facto de valorizarem mais um modelo de gestão baseado na sociocracia, considerados por alguns como superior ao democrático em termos de participação. Em termos gerais verifica-se que os horticultores da HB são os que manifestam maior concordância com as afirmações apresentadas, o que pode significar uma maior identificação com os princípios da Economia Solidária. Seguem-se, em termos de concordância, os horticultores do PAAL, uma iniciativa associativa, e os do PHVC.

Da análise dos 35 itens identificados nas práticas de economia solidária da Macaronésia obtidos nos inquéritos aos horticultores efetuados para “identificar as práticas de economia solidária (perspetiva da Macaronésia), verificámos que, de acordo com os inquiridos, todas as práticas estão presentes em pelo menos uma das iniciativas, existindo apenas 5 que estão presentes em todas elas: ‘produção para autoconsumo’, ‘compostagem dos resíduos’ e ‘modo de produção biológico’, com presença muito relevante; a ‘prática da horticultura por pessoas em situação de pobreza ou risco de exclusão social’ e a ‘gestão racional da água’, com presença pouco relevante.

No PHVC identificámos 11 práticas, sendo 8 muito relevantes, uma relevante e duas pouco relevantes. No âmbito do Projeto de Conhecimento é identificada uma prática relevante, relativa à partilha de conhecimentos entre utentes. O Projeto de Gestão e o Projeto Político estão ausentes da iniciativa. Podemos considerar estes resultados ‘normais’, considerando que a gestão da iniciativa é da Câmara Municipal de Lisboa, sem qualquer envolvimento dos horticultores.

Os horticultores partilham alguns conhecimentos e produtos, numa base de reciprocidade, e consideram que a iniciativa contribui para a coesão social, para as relações interpessoais e para a melhoria das condições de saúde da comunidade.

As hortas são apenas espaços de produção, importantes para horticultores com baixos rendimentos que dedicam à sua atividade entre 6 a 7 dias por semana. Os espaços divididos em talhões e a ausência de processos de decisão democráticos são características da iniciativa e estão alinhadas com as preferências dos inquiridos (quadro 2).

No PAAL foram identificadas 22 práticas, sendo 6 muito relevantes, 5 relevantes e 11 pouco relevantes. Tratando-se de uma iniciativa formal, de natureza associativa, no campo da Economia Social, os resultados obtidos merecem alguma reflexão pelo facto de algumas práticas relacionadas com o associativismo, a democracia participativa, a solidariedade e a reciprocidade não serem mais relevantes, de modo a serem mais percebidas pelos horticultores que, simultaneamente, são associados da AVAAL. Práticas como a distribuição de alimentos por pessoas mais carenciadas e a formação de pessoas em situação de pobreza, exclusão ou com deficiência, foram consideradas, respetivamente, pouco relevantes e inexistentes. A acessibilidade das hortas a pessoas com deficiência mereceu o reconhecimento de todos os inquiridos. Esta prática, a par da produção de energias renováveis, são as que mais distinguem o PAAL das restantes iniciativas. No âmbito do Projeto de Conhecimento é identificada apenas uma prática relevante, relativa à partilha de conhecimentos entre utentes. A produção de outros produtos ou a prestação de outros serviços, como ações de promoção e divulgação ambiental é reconhecida por 27% dos inquiridos. À semelhança do PHVC, as hortas do PAAL são espaços de produção, importantes para horticultores com baixos rendimentos que dedicam à sua atividade entre 6 a 7 dias por semana e que têm como principal motivação a produção de alimentos saudáveis.

A HB é uma iniciativa distinta das restantes, desde logo pelas características socioeconómicas dos seus horticultores: habilitações literárias superiores, maior rendimento, menor idade, maior diversidade geográfica, diferentes motivações (partilha de conhecimento, ecologia, permacultura, socialização). A sua origem, ligada a um projeto artístico, o seu informalismo, a sua localização mais central na cidade, a sua pequena dimensão, a produção segundo princípios da permacultura, são outros aspetos que distinguem a HB do PHVC e do PAAL. A dimensão da amostra é de aproximadamente 70% do universo de horticultores, alguns dos quais tiveram ou têm ligações a outras hortas de características semelhantes (Horta do Mundo, Horta do Clube Nacional de Natação e Horta da FCUL).

Na HB foram identificadas 34 práticas, sendo 21 muito relevantes, 6 relevantes e 7 pouco relevantes. Apenas a produção de energias renováveis foi considerada como prática inexistente. A reciprocidade é muito relevante, enquanto as práticas relacionadas com a solidariedade variam entre o pouco relevante e o relevante. A tomada de decisões segundo o princípio de gestão democrática é considerada pouco relevante porque, como referimos, são seguidos princípios sociocráticos que, segundo os inquiridos, tornam o processo de tomada de decisão mais participativo e aceite por todos, apesar de mais lento.

No quadro 3 apresentam-se os projetos e práticas de Economia Solidária, identificados nas iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa, por grau de relevância, quando consideramos o conjunto dos horticultores das 3 iniciativas (n=42). Das 31 práticas identificadas, consideramos 7 como muito relevantes, 4 como relevantes e 20 como pouco relevantes, destacando-se como mais explícitos os Projetos Económico, Social e Ambiental.

Conclusões

O estudo de três casos de agricultura urbana com características distintas permitiu identificar os princípios e práticas de Economia Solidária que estão presentes em iniciativas de agricultura urbana no concelho de Lisboa. Foram selecionados: o Parque Hortícola do Vale de Chelas, enquanto iniciativa formal da responsabilidade da CML; o Parque Agrícola da Alta de Lisboa, como iniciativa formal de natureza associativa; e a Horta do Baldio, de natureza informal.

Da análise aos inquéritos ministrados aos horticultores resultou a identificação de 31 das 35 práticas avaliadas no conjunto das 3 iniciativas. Contudo, apenas identificámos 11 práticas como muito relevantes e relevantes. Como muito relevantes identificámos 7 práticas, com destaque para a produção para autoconsumo, a produção em modo biológico, os contributos para a coesão social e para a saúde e a partilha de conhecimento entre os utentes. Como relevantes identificámos 4 práticas, com destaque para a promoção de relações de reciprocidade e a tomada democrática de decisões. As restantes 20 práticas foram consideradas pouco relevantes. Dos projetos da Economia Solidária da Macaronésia destacam-se, como mais explícitos, os Projetos Económico, Social e Ambiental.

Referências

- Amaro RR. 2009. A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito. Revista de Economia Solidária, (1), 11-29.
- França Filho GC. 2007. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Civitas – Revista de Ciências Sociais, VII (1), 155-174.
- Mougeot JAL. 2000. Urban Agriculture: Concept and Definition. Urban Agriculture Magazine, I (1). <http://www.ruaf.org/urban-agriculture-concept-and-definition>.
- Paizinho C. 2012. Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Economia Social e Solidária, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Quadro 1 - Caracterização e motivações dos horticultores em 3 hortas urbanas do concelho de Lisboa.

	Parque Hortícola do Vale de Chelas	Parque Agrícola da Alta de Lisboa	Horta do Baldio
Género	Masculino	Masculino	Feminino
Idade	De 50 a 64 anos	De 50 a 64 anos	De 20 a 34 anos
Habilitações literárias	1º Ciclo do Ensino Básico	1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura
Atividade profissional	Reformado	Reformado	Estudante
Estado civil	Casado/União de facto	Casado/União de facto	Solteiro
Rendimento mensal líquido per capita	Inferior a 500 €	De 500€ a 999€	Superior a 1500€
Residência	Na freguesia das hortas (Marvila)	Na freguesia das hortas (Santa Clara)	Noutras freguesias/concelhos
Transporte casa/horta	A pé	A pé	Bicicleta e transportes públicos
Experiência/conhecimentos anteriores em agricultura	Experiência prática	Experiência prática	Experiência prática
Idas semanais à horta	De 6 a 7 dias	De 6 a 7 dias	De 1 a 2 dias
Motivações para a prática de agricultura urbana	Produção e consumo de alimentos saudáveis	Produção e consumo de alimentos saudáveis	Partilha conhecimento, saberes
	Ocupação dos tempos livres, lazer	Ocupação dos tempos livres, lazer	Natureza, ambiente, ecologia, permacultura
	Motivos de saúde, terapêuticos	Gosto pela horticultura, trabalho com a terra	Sociabilização, novas amizades

Quadro 2 - Síntese das respostas dos horticultores para avaliação das suas crenças e valores sobre agricultura urbana em 3 hortas urbanas do concelho de Lisboa (PHVC – Parque Agrícola do Vale de Chelas, PAAL – Parque Agrícola da Alta de Lisboa, HB – Horta do Baldio).

Crenças e valores dos horticultores	Discordância		Neutralidade	Concordância		
	PHVC	PAAL		PHVC	PAAL	HB
Os espaços comuns partilhados têm mais vantagens do que a divisão em talhões individuais.	PHVC	100%			HB	77%
	PAAL	80%				
Deve ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e/ou de exclusão social.					PHVC	58%
					HB	57%
					PAAL	53%
O horticultor deve conciliar os seus interesses particulares com os da comunidade.					HB	88%
					PHVC	85%
					PAAL	80%
A agricultura urbana deve ter uma abordagem multifuncional.					HB	100%
					PAAL	80%
			PHVC	36%	PHVC	43%
As iniciativas de agricultura urbana devem estabelecer parcerias e trabalhar em rede.					HB	100%
					PAAL	87%
					PHVC	57%
As iniciativas devem cooperar com os poderes públicos					HB	100%
					PAAL	93%
					PHVC	86%
As políticas e os planos urbanísticos devem contribuir para aumentar os espaços verdes e os espaços produtivos.					HB	100%
					PAAL	100%
					PHVC	86%
Todas as decisões devem ser tomadas em conjunto, segundo o princípio de gestão democrática.	PHVC	64%			PAAL	100%
					HB	76%

Quadro 3 - Projetos e práticas de Economia Solidária, identificados nas iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa, por grau de relevância.

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Prática muito relevante (>=75%)	Prática relevante (50% a 74%)	Prática pouco relevante (25% a 49%)
Projeto económico	Os produtos destinam-se ao autoconsumo	Os produtos são trocados numa base de reciprocidade	Os produtos são distribuídos aos mais carenciados
	A modalidade de posse ou usufruto da terra garante a sustentabilidade do projeto.		São produzidos outros produtos ou prestados serviços Existe tecnologia disponível para melhoria da produção Os rendimentos são reinvestidos nas hortas e/ou na comunidade. Existem perspectivas de ampliação das atuais hortas e/ou de desenvolvimento de novos projetos. As condições climáticas, o solo e a disponibilidade de água são adequadas para uma boa produção.
Projeto social	A iniciativa contribui para a coesão social e para as relações interpessoais.	As hortas são acessíveis a pessoas com deficiência.	Existem horticultores em situação de pobreza ou em risco de exclusão social.
	A iniciativa contribui para a melhoria das condições de saúde da comunidade.		As pessoas da comunidade têm acesso às hortas e participam em atividades conjuntas com os horticultores.
Projeto cultural		São utilizadas práticas e técnicas em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos.	
Projeto ambiental	É feita a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos nas hortas e/ou na comunidade.		São produzidas energias renováveis.
	O modo de produção é biológico.		É feita uma gestão racional da água e a recolha de águas pluviais Existe um banco para armazenamento e troca de sementes. São feitas ações de divulgação/promoção ambiental.
Projeto territorial			A iniciativa coopera com entidades públicas e/ou privadas na conversão de terrenos livres e abandonados em espaços verdes produtivos (a).
Projeto de gestão			São elaborados planos para a produção e realização de atividades.
			São avaliados periodicamente os resultados atingidos e propostas melhorias. Existem programas de divulgação da iniciativa junto da comunidade. São seguidas boas práticas de gestão, a nível individual e coletivo.
Projeto de conhecimento	Existe partilha de conhecimento entre os utentes.		Existe partilha de conhecimento com outras iniciativas ou outras instituições públicas e privadas. A introdução de procedimentos e técnicas inovadoras são discutidos entre todos.
Projeto político		As decisões são tomadas segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto (b).	
			São desenvolvidas ações com vista a cooperar ou influenciar os poderes públicos em temas relacionados com a agricultura urbana.

(a) Prática identificada numa entrevista (Roque, 2016).

(b) Prática relevante considerando a sociocracia, praticada na HB, como processo de tomada de decisão em que todos participam.